

O PANORAMA DA ECONOMIA PARANAENSE EM 2015 Daniel Nojima

- 7 CONJUNTURA ECONÔMICA, CRISE E O MERCADO DA SOJA Francisco José Gouveia de Castro
- 10 DESOCUPAÇÃO E NEGOCIAÇÕES SALARIAIS Guilherme Amorim
- 12 A RETRAÇÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL Ana Silvia Martins Franco
- 15 PARANÁ DESTAQUES ECONÔMICOS Guilherme Amorim
- 17 ECONOMIA PARANAENSE INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

SILVIO MAGALHÃES BARROS II - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (Editor)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (Economista)

MARINA MARUYAMA MORI (Economista)

EDITORAÇÃO

STELLA MARIS GAZZIERO (projeto gráfico)

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (supervisão editorial)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (revisão de texto)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (editoração eletrônica)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (normalização bibliográfica)

O PANORAMA DA ECONOMIA PARANAENSE EM 2015

Daniel Nojima*

O ano de 2015 foi marcado pela expressiva queda da atividade econômica do País e das economias regionais. Os componentes explicativos desse cenário, cujos sintomas começaram a ser sentidos de forma mais consistente desde 2013 e amplamente debatidos a partir de então, podem ser resumidos no esgotamento do modelo de estímulo ao consumo e na perda de dinamismo dos investimentos; e, particularmente no ano que passou, podem ser imputados aos impactos negativos sobre a confiança dos agentes econômicos oriundos do descontrole das contas do governo federal, desnudado no imediato pós-eleições, e das dificuldades de ajustamento dessas contas enfrentadas pelo Ministério da Fazenda, em especial no tocante ao re-equacionamento da estrutura de despesas. Igualmente impactando de modo desfavorável sobre a expectativa dos agentes, contaram-se os assim chamados fatores não econômicos — relativos às incertezas advindas das descobertas das investigações da operação Lava Jato, referente ao desvio de recursos públicos no âmbito das estatais, com destaque à Petrobrás, e da abertura de processo de *impeachment* da autoridade máxima do País, no Congresso Nacional.

Com esse pano de fundo, assistiu-se desde o início do período, no âmbito da política econômica, ao efetivo aprofundamento de trajetória de variáveis macroeconômicas orientadoras da atividade econômica do País (elevação dos juros básicos, aperto no crédito, desvalorização da taxa de câmbio e correção de preços administrados), juntamente ao esforço de ajuste fiscal – este, muito menos efetivo, tendendo, de sua parte, a contribuir para a redução da demanda agregada nacional.

O Banco Central e o Comitê de Política Monetária (COPOM) consolidaram sua leitura quanto à necessidade de enfrentamento dos índices inflacionários que, influenciados pela recomposição de preços administrados e pelo câmbio, superaram amplamente o teto estabelecido pelo regime de metas de inflação, devendo encerrar o ano com índices superiores a 10% em termos anuais. Sob esse contexto, a taxa SELIC desde o final do ano passado saltou de 11% para 14,25% ao ano em junho último, devendo permanecer nesse nível durante tempo suficientemente prolongado, nas palavras da autoridade monetária. Somaram-se a essa intervenção o aperto nas condições ao crédito imobiliário, ao crédito agrícola para a safra 2015/2016 e, também, as restrições nas condições de financiamento do BNDES, com elevação da taxa de juros de longo prazo (TJLP) de 5% do final de 2014 para atingir 7% no término de 2015 – a propósito, explicando em algum grau a redução de 28% do volume de desembolsos da instituição, entre janeiro e outubro do ano passado.

Ao mesmo tempo, a taxa de câmbio, que já cumpria tendência de desvalorização desde 2013, observou expressiva desvalorização adicional a partir do rebaixamento das notas de risco soberano pelas agências internacionais, com o dólar saindo de patamares de R\$ 2,60 em dezembro passado até alcançar níveis próximos a R\$ 4,00 nos momentos de maior nervosismo dos mercados, como em setembro último.

Nesse contexto, o PIB brasileiro apresentou, de acordo com o IBGE, recuo na série sazonal de 1,7% com relação ao segundo trimestre do ano, queda de 4,5% comparativamente ao mesmo período do ano anterior, e acumulou no ano decréscimo de 3,2%, conforme disposto na tabela 1. Tais números derivaram do referido rearranjo macroeconômico de 2015 no sentido da estagnação da demanda doméstica, da decorrente ampliação dos níveis de ociosidade e desemprego da força de trabalho. No primeiro caso, consolidaram-se sucessivos recuos no consumo das famílias, com redução de 3% no ano, e nos investimentos, com o agregado da formação bruta fixa acumulando no ano queda de 12,7% e acusando o nono trimestre seguido de decréscimo.

^{*} Economista, Diretor de Pesquisa do IPARDES.

TABELA 1 - TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB - BRASIL - 2015

	TAXA DE VARIAÇÃO (%)						
PIB	3.° Trimestre 2015/ 2.° Trimestre 2015	3.° Trimestre 2015/ 3.° Trimestre 2014	Acumulado em 2015				
TOTAL	-1,7	-4,5	-3,2				
Agropecuária	-2,4	-2,0	2,1				
Indústria	-1,3	-6,7	-5,6				
Serviços	-1,0	-2,9	-2,1				
Formação Bruta de Capital Fixo	-4,0	-15,0	-12,7				
Consumo das famílias	-1,5	-4,5	-3,0				
Consumo do Governo	0,3	-0,4	-0,4				

Por outro lado, o novo patamar de câmbio sinalizou um vetor de recuperação da atividade interna representado pelo setor externo, via aumento de exportações e substituição de importações, prevalecendo o último, de tal modo que a melhoria na contribuição do setor externo decorreu da maior retração das importações relativamente à das exportações. Até novembro, a balança comercial acumulou superávit de US\$ 13,3 bilhões contra déficit de US\$ 4,3 bilhões no mesmo intervalo de 2014, fruto do declínio de 24,1% das importações contra redução de 16% das exportações.

Em paralelo, o Paraná sofreu ao longo do ano reflexos do ambiente nacional, com seu PIB registrando nos cálculos do IPARDES um declínio acumulado de 1,9% até o terceiro trimestre de 2015 (gráfico 1). Tais reflexos também repercutiram em termos da geração de emprego, sobre a qual os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) seguiram apontando a semelhante tendência de declínio do saldo de admitidos acumulando até outubro saldo negativo de 22.413 empregos formais.

3,0% 0,8% 0,1%

GRÁFICO 1 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB - BRASIL E PARANÁ - 2013-2015

FONTES: IBGE, IPARDES

2013

Por seu turno, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE registrou elevação da taxa de desocupação, que passou de 3,7% no último trimestre de 2014 para 5,3% e 6,2% no primeiro e segundo trimestres de 2015, respectivamente, e mantida em 6,1% no terceiro trimestre (gráfico 2). Essa elevação de patamar é explicada tanto pela queda dos volumes de ocupação como pelo aumento da procura por trabalho, em vista da estagnação dos rendimentos do trabalho.

2014

■ Paraná

Brasil

-3,2%

2015 (até 3º trim.)

8,9% 8,3% 7,9% 7,2% 6.8% 6,8% 6,5% 6,2% 6,1% 5,3% 4,1% 4,1% 4.1% 3,7% 1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 4º Trim. 1º Trim. 2º Trim. 3º Trim. 2014 2014 2014 2015 2015 2015 2014 Brasil Paraná

GRÁFICO 2 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO - BRASIL E PARANÁ - 2014-2015

Não obstante esse panorama, os números acima não deixam de indicar a maior resistência do mercado de trabalho paranaense ao atual quadro de recessão. No caso do CAGED, do Ministério do Trabalho, revelam-se, ao se observar a tabela 2, impactos atrasados da crise nacional no Estado, e mesmo os dados da PNAD Contínua indicam taxas para o Estado figurando entre as menores do País e significativamente inferiores à média nacional. Além disso, a taxa de 6,1% do terceiro trimestre carrega um estancamento, ainda que momentâneo, do declínio da ocupação e do aumento da desocupação, não observado em nível nacional.

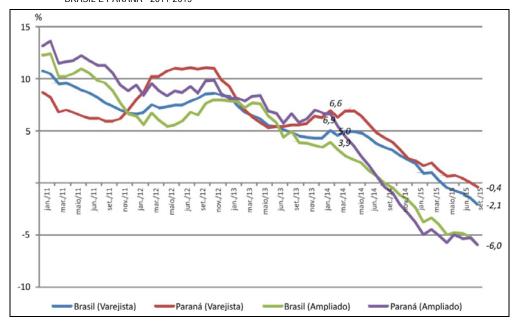
TABELA 2 - SALDOS DE MOVIMENTAÇÕES DO CAGED, ACUMULADOS EM 12 MESES - BRASIL E PARANÁ -2010-2015

PERÍODO	BRASIL	PARANÁ
Dez./2010	2.136.947	142.483
Dez./2011	1.566.043	112.369
Dez./2012	868.241	74.173
Dez./2013	730.687	78.507
Dez./2014	152.714	34.708
Jan./2015	41.345	29.430
Fev./2015	-221.893	12.392
Mar./2015	-215.728	16.626
Abr./2015	-418.940	2.246
Maio/2015	-593.375	-5.955
Jun./2015	-729.937	-11.896
Jul./2015	-899.638	-26.934
Ago./2015	-1.087.606	-40.480
Set./2015	-1.306.993	-60.499
Out./2015	-1.381.992	-68.307

FONTE: MTE

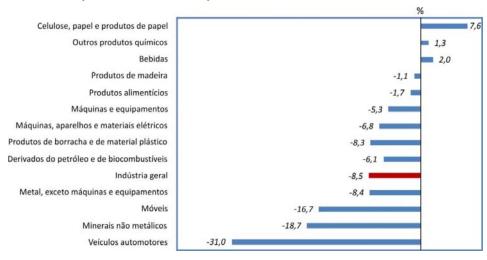
Essa deterioração do mercado de trabalho, em conjunto com a piora das condições de crédito, a elevação do custo de vida e a consequente redução dos rendimentos reais do trabalho, refletiu-se sobre o comércio varejista, que veio acumulando taxas progressivamente inferiores de venda desde o primeiro trimestre de 2014, conforme o gráfico 3. No mesmo gráfico, verifica-se que essa é uma tendência geral, mas que no conceito de comércio ampliado observa-se amplo impacto advindo das vendas em queda na construção civil e em veículos automotores.

GRÁFICO 3 -VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA E VAREJISTA AMPLIADO EM TAXAS ANUALIZADAS -BRASIL E PARANÁ - 2011-2015



Não por acaso, esse comportamento do varejo se reproduz na indústria paranaense, que registra, como aponta o gráfico 4, expressivo declínio de 8,5% acumulados até outubro, em linha com o resultado nacional de -7,8% na mesma comparação. A taxa para o Paraná teve influência da forte retração da indústria automobilística e de outros segmentos associados a bens de consumo duráveis e semiduráveis como móveis, borracha e plástico e máquinas e aparelhos elétricos (nos quais se destaca a produção de eletrodomésticos da linha branca). Além desses, outros segmentos ressentem-se da restrição ao crédito, que, ao impor menor desempenho à construção civil e aos investimentos em geral, vem interferindo negativamente na produção de minerais não metálicos e de máquinas e equipamentos (com destaque a tratores e caminhões, no caso do Paraná).

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO ACUMULADA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ - JANEIRO-OUTUBRO 2015



FONTE: IBGE

O comportamento desfavorável das atividades produtivas acima tratadas foi em parte contrabalançado pelo crescimento de 5,7% da agricultura com relação a 2014, puxado, na produção de grãos, pela ampliação de quase 15% da soja e pela manutenção do elevado patamar da produção de milho, conforme tabela 3. O destaque negativo foi o trigo, com queda de 7,3%, provocada especialmente pelo excesso de chuvas durante a fase de colheita no segundo semestre.

TABELA 3 - PRODUÇÃO PARANAENSE DE GRÃOS - 2014-2015

	PRODUÇÃO (t)						
PRODUTO	2014	2015	VAR. (%)				
Soja	14.913.173	17.145.020	14,97				
Milho	15.823.241	15.973.816	0,95				
Feijão	.813.623	729.070	-10,39				
Trigo	3.816.201	3.535.959	-7,34				
Arroz	164.956	164.543	-0,25				
Café	36.671	73.923	101,58				
Outros grãos	368.245	372.646	1,20				
TOTAL	35.936.110	37.994.977	5,73				

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - outubro 2015

NOTA: Elaborado por IPARDES.

Considere-se também a produção de frangos e outros itens da cadeia agroindustrial no Estado mantendo-se em elevado patamar de produção. Note-se que o dado acumulado da produção da indústria de alimentos, no gráfico 4, acusa um decréscimo de 1,7%, mas que teve por principais influências a menor produção de chocolates e de carne bovina – neste último caso, derivado em parte do volume de vendas 29% menor ao exterior, no acumulado de janeiro a outubro. Em que pese essa informação, os dados de faturamento das cooperativas agrícolas divulgados pela OCEPAR dão conta de uma situação positiva para o conjunto do setor, que deve alcançar em 2015, segundo estimativas do órgão, a cifra de R\$ 56,5 bilhões frente a R\$ 50,5 bilhões em semelhante período do ano anterior – em grande medida auxiliado pelo câmbio e pelo setor externo.

Por fim, registre-se a contribuição positiva do comércio exterior regional, que contou no ano que passou com expressiva desvalorização cambial e com forte redução da absorção doméstica, impactando, conforme se mencionou, principalmente sobre as importações. Nesse caso, registra-se ao Paraná no acumulado de janeiro a outubro queda de 25,2% das importações, determinada sobretudo pela menor aquisição de insumos como adubos e fertilizantes e petróleo e diversos outros, especialmente vinculados à indústria automobilística e às indústrias de bens de capital (tabela 4).

As exportações do Estado, em tendência semelhante à observada em âmbito nacional, acumularam queda de 9,7%, a qual se explica em grande medida pela diminuição em valor no comércio exterior dos produtos componentes do complexo soja em 16,1%. Na realidade, o declínio se deve aos menores preços da soja em grão no mercado internacional desde 2012 e com novo ciclo de reduções observado mais expressivamente desde 2014, quando os valores partiram de um pico em abril desse ano, de US\$ 15,11 o *bushel*, para US\$ 8,72 o *bushel* em dezembro de 2015 na bolsa de Chicago, representando uma queda entre essas pontas, de 42,3%. Em consequência, o aumento da quantidade exportada em 11% foi insuficiente para recompor as receitas em dólar, ainda que a variação da taxa cambial tenha propiciado expressivo ganho líquido em moeda nacional. A par disso, vários outros produtos da pauta – de *commodities* agrícolas a produtos industriais – apresentaram decréscimos, revelando a fraca demanda internacional no período.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO - 2014-2015

GRUPO	JANEIRO A O DE 201		JANEIRO A O DE 201	VAR. (%)	
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Complexo soja	5.204.194.037	36,8	4.365.273.118	34,2	-16,1
Complexo carnes	2.152.086.053	15,2	2.188.455.380	17,1	1,7
Material de transporte e componentes	1.172.711.303	8,3	1.086.321.264	8,5	-7,4
Madeiras e manufaturas de madeira	731.633.506	5,2	760.224.146	6,0	3,9
Açúcar	863.500.886	6,1	699.243.499	5,5	-19,0
Produtos químicos	581.253.755	4,1	512.989.934	4,0	-11,7
Papel e celulose	414.574.854	2,9	475.048.959	3,7	14,6
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	511.252.349	3,6	471.662.458	3,7	-7,7
Cereais	466.200.440	3,3	460.655.403	3,6	-1,2
Café	300.592.210	2,1	323.148.162	2,5	7,5
Petróleo e derivados	251.497.026	1,8	221.886.252	1,7	-11,8
Calçados e couro	279.512.531	2,0	172.382.808	1,4	-38,3
Produtos metalúrgicos	116.278.104	0,8	151.180.798	1,2	30,0
Materiais elétricos e eletrônicos	160.426.632	1,1	139.933.655	1,1	-12,8
Produtos têxteis	118.695.702	0,8	100.715.153	0,8	-15,1
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	128.705.881	0,9	76.834.421	0,6	-40,3
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	38.197.337	0,3	33.411.833	0,3	-12,5
Suco de laranja congelado	33.576.315	0,2	29.611.505	0,2	-11,8
Ferramentas	34.777.751	0,2	25.648.806	0,2	-26,2
Produtos cerâmicos	18.063.467	0,1	24.418.268	0,2	35,2
Bebidas - cerveja e refrigerante	20.295.141	0,1	22.910.973	0,2	12,9
Metais e pedras preciosas e joalheria	15.472.082	0,1	11.207.874	0,1	-27,6
Chocolate e suas preparações	12.589.596	0,1	7.385.079	0,1	-41,3
Obras de pedras e semelhantes	6.218.053	0,0	5.373.424	0,0	-13,6
Álcool etílico, não desnaturado	32.725.000	0,2	4.676.654	0,0	-85,7
Demais produtos	466.267.423	3,3	397.016.332	3,1	-14,9
TOTAL	14.131.297.434	100,0	12.767.616.158	100,0	-9,7

FONTE: MDIC-SECEX NOTA: Elaboração do IPARDES.

Ao mesmo tempo, verificou-se a manutenção dos patamares de exportação do complexo carnes, incluindo um pequeno avanço de 1,7%, impulsionado pelo significativo crescimento de 16,3% nos volumes de aves comercializados em diversos mercados. Verificou-se, ainda, o crescimento de outros produtos como em madeira e a expressiva expansão em papel e celulose, que, além da desvalorização do câmbio, contou com a recuperação dos mercados norte-americano e europeu, compensando parcialmente a menor demanda doméstica.

Sem dúvida, perspectivas de melhoria da economia estadual para 2016 dependem fundamentalmente do cenário nacional. Apesar dos indicativos pouco animadores da economia brasileira para o ano, o Paraná poderá ter seu desempenho contrabalançado por bons resultados da sua agricultura, de sua agroindústria e de seu desempenho exportador. Além dessas vertentes, o Estado poderá contar com um mercado de trabalho mais resistente – com reflexos diretos sobre o setor varejista regional.

CONJUNTURA ECONÔMICA, CRISE E O MERCADO DA SOJA

Francisco José Gouveia de Castro *

A atual conjuntura econômica nacional e as condições do mercado internacional de commodities vêm impondo um cenário de incertezas em relação ao rendimento da agroindústria nacional. Antes de tudo, é importante ponderar que o mercado é um dos aspectos mais relevantes para a coordenação do agronegócio, pressupondo que é fundamental considerar o comportamento do preço dos insumos de produção. De fato, nesse segmento, antes da composição de custo, o que determina seu desempenho é o movimento da oferta e da demanda.

Outra característica importante, que não pode ser ignorada, é o risco derivado das incertezas climáticas, uma vez que as expectativas de eventos climáticos extremos podem em grande medida induzir a volatilidade dos preços no setor, o que acaba assumindo uma importância significativa no direcionamento dos mercados, principalmente de Futuros.

No caso do Paraná, a atuação eficiente das cooperativas agroindustriais tem gerado um efeito virtuoso na economia do Estado, mesmo diante das barreiras inerentes à atividade, se consolidando inclusive como âncoras para o desenvolvimento das regiões onde sua capacidade de produção alcança.

Isso posto, é essencial analisar o comportamento das variáveis macroeconômicas para se obter uma visão prospectiva dos desafios com os quais o setor pode se deparar em 2016 e que refletem diretamente nos resultados da economia paranaense.

No que tange ao mercado internacional, segundo estimativas do United States Department of Agriculture (USDA), o mundo deverá alcançar, na próxima safra, a produção de 320,11 milhões de toneladas, volume 0,35% superior ao do exercício anterior. Já os estoques deverão crescer 6,3% no exercício 2015/2016 em relação à safra 2014/2015. Grande parte do crescimento do estoque mundial deriva da supersafra norte-americana, que deverá ter uma variação de 142,8%, em igual período (tabela 1).

TABELA 1 - ESTIMATIVAS DE ESTOQUE E PRODUÇÃO DE SOJA DOS PRINCIPAIS MERCADOS - 2014/2015-2015/2016

PAÍSES	(em n	ESTOQUE nilhões de tonel	adas)	PRODUÇÃO (em milhões de toneladas)				
FAISLS	Safra 2014/2015	Safra 2015/2016	Variação (%)	Safra 2014/2015	Safra 2015/2016	Variação (%)		
Estados Unidos	5,21	12,65	142,8	106,88	108,35	1,38		
Exportadores	50,59	49,49	-2,2	168,81	168,91	0,06		
Argentina	31,66	30,36	-4,1	61,4	57	-7,17		
Brasil	18,86	19,06	1,1	96,2	100	3,95		
Paraguai	0,06	0,06	0,0	8,1	8,8	8,64		
Importadores	19,2	17,75	-7,6	15,6	14,98	-3,97		
China	17,98	16,58	-7,8	12,35	11,5	-6,88		
União Europeia	0,45	0,43	-4,4	1,81	2,05	13,26		
Japão	0,22	0,24	9,1	0,23	0,22	-4,35		
Mundo	77,66	82,58	6,3	319	320,11	0,35		

FONTE: USDA

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Diante das boas condições da safra mundial de soja, o levantamento do USDA indica a continuidade do declínio das cotações internacionais da oleaginosa para o próximo ciclo. Na verdade, o crescente aumento dos estoques mundiais das *commodities* vem contribuindo para a desvalorização da soja nos últimos anos. De fato, os preços das *commodities*

^{*} Economista, Diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

agrícolas negociados na Bolsa de Chicago vêm registrando queda desde 2012. Segundo os dados da Bolsa de Chicago, o preço do Bushel da soja segue uma tendência de queda ao longo do período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2015. Em janeiro de 2012, o preço da *commodity* na bolsa americana era de US\$/Bushel 12, ante US\$/Bushel 8,7 em dezembro de 2015.

Por outro lado, o câmbio tem amenizado o declínio do valor negociado no mercado internacional. De acordo com informações do Banco Central do Brasil, a taxa de câmbio, em janeiro de 2012, foi de US\$/R\$ 1,74, ante US\$/R\$ 3,77 em dezembro de 2015 (gráfico 1). O preço em reais da saca em dezembro de 2015 é de R\$ 72,31, valor bem superior se a cotação permanecesse estável ao valor de janeiro de 2012, o qual, nas mesmas condições, seria de R\$ 33,38 a saca.

Apesar das boas condições devido à atual situação do câmbio, o cenário impõe a necessidade de os agentes adotarem medidas mais conservadoras, em razão do risco com o qual o setor se depara. A combinação entre a crise econômica interna, inflação, volatilidade do câmbio, expectativa de supersafra nos Estados Unidos, desaceleração da China, baixos níveis de atividade econômica e o crescente custo dos insumos agropecuários exige atenção para um cenário de risco em 2016.

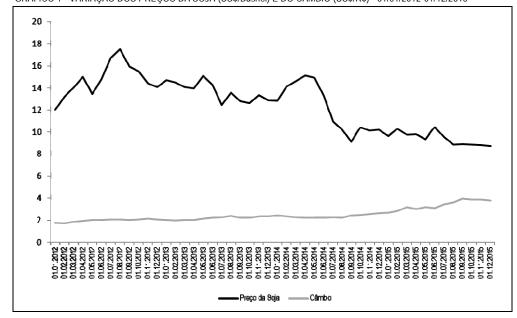


GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DOS PREÇOS DA SOJA (US\$/Bushel) E DO CÂMBIO (US\$/R\$) - 01/01/2012-01/12/2015

FONTES: Investing.com, Banco Central

A China reduziu o ritmo de crescimento, contagiando grande parte da demanda das *commodities* brasileiras, que havia viabilizado a sensação de bem-estar dos governos Lula. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia chinesa cresceu 7,4% em 2014,6,8% em 2015 e 6,3% em 2016, o que gera dúvidas em relação à capacidade do País em continuar comprando significativa fatia da crescente produção de soja brasileira.

No *front* interno, o grande desafio do setor para 2016 é o cenário pouco otimista de crescimento da economia. O crescente déficit público, que deve atingir um patamar acima de 8% do PIB este ano, e o consequente crescimento da dívida em relação ao PIB, aumentam o risco e agravam a confiança, levando a pressão inflacionária.

O mais grave é que a economia interna mergulha na recessão mais severa desde a virada da década de 1980 para a de 1990. No terceiro trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 1,7% comparativamente ao trimestre anterior. Na comparação anual, a queda foi de 4,5%, segundo os dados do IBGE. Tal contração foi marcada por uma queda de 15% nos investimentos em relação a 2014, pela retração do consumo das famílias (-4,5%) e desaceleração em todos os setores, inclusive o agropecuário (-2%).

Os recentes resultados tiveram impacto na média das estimativas das expectativas de mercado, que passaram de -3,2% para -3,7% do crescimento do PIB de 2015 e de -2,2% para -2,8% as previsões do PIB para 2016. Essas projeções revelam uma difusão das dificuldades no conjunto da economia. Os baixos níveis de confiança dos consumidores e empresários, em paralelo à existência de volumes elevados de estoque, reforçam as perspectivas adversas para o próximo ano, além de que as percepções da evolução desfavorável do mercado de trabalho sustentam as previsões de que a contração do consumo e do investimento ainda vai se estender até 2017.

A presente recessão brasileira, iniciada no segundo trimestre de 2014, gerou efeitos agudos sobre o mercado de trabalho brasileiro no ano corrente. De acordo com estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o número de desligamentos registrados nos doze meses terminados em outubro foi 1,38 milhão superior ao de admissões, considerados apenas os vínculos formais. Segundo estimativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), esse contingente representa retração de 3,31% no número de postos ocupados, em comparação com outubro do ano passado.

A desagregação setorial dos dados mostra que a indústria de transformação respondeu pela maior parte das dispensas. Foram extinguidas mais de 556 mil vagas nos ramos que formam essa atividade. A queda foi particularmente severa na produção metalúrgica, mecânica, têxtil, de material elétrico e de material de transporte. Esse resultado é consonante com o nível de atividade aferido na Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF/IBGE) para o período (-9,0%).

Proporcionalmente ao estoque de empregos de outubro de 2014, entretanto, foi a construção civil o setor que apresentou maior contração nos últimos doze meses. O saldo negativo de 442 mil postos representa, de acordo com projeção do MTE, 13,59% dos vínculos contabilizados naquele mês. A demanda que impulsionou a construção civil nos últimos anos se retraiu em todas as suas vertentes. A demanda por imóveis residenciais caiu frente à estagnação da massa salarial real, combinada à elevação das taxas de financiamento, e ao endividamento das famílias (ao redor de 46% desde meados do ano passado).

Investimentos em infraestrutura retraíram-se, por um lado, pela inviabilidade técnico-financeira de projetos de concessão da União. Por outro, caíram ante o descalabro fiscal (déficit primário de R\$ 40,9 bilhões) e a queda real na arrecadação federal. Para além disso, a condição anfigúrica das estatais Petrobras e Eletrobras e a baixa predisposição do setor privado a investir e a tomar crédito comprimiram o nível de atividade da construção civil (de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, a taxa acumulada de seu índice de volume chegou a -6,9% nos quatro trimestres terminados em setembro). Até que o caixa do governo central seja equilibrado e os planos de outorga apresentem maiores consistência e credibilidade, investimentos em infraestrutura não fornecerão estímulos que revertam a ociosidade no setor.

A eliminação de postos de trabalho em um cenário recessivo segue um roteiro que começa com medidas intramuros, como banco de horas, licenças remuneradas e férias antecipadas ou coletivas. Esses mecanismos de adaptação à queda de demanda são frequentemente sucedidos pela suspensão temporária dos contratos (*lay off*), entre dois e cinco meses, regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Empregadores podem utilizar esse expediente uma vez a cada 16 meses, e devem prover treinamento ou requalificação. Caso demitam os funcionários durante o período de suspensão, ou nos três meses subsequentes ao retorno, multas baseadas no salário previamente recebido são impostas. Durante o *lay off*, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) subsidia uma bolsa aos partícipes do processo.

Neste ano, instituiu-se o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que prevê a redução de até 30% na jornada, com equivalente corte de remuneração, mediante compromisso de manutenção dos vínculos. Recursos do FAT cobrem metade da perda salarial, transferência limitada a 65% do valor máximo pago pelo seguro-desemprego.

Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Sancionada em novembro, a lei que rege o programa permite que empresas adiram até o final de 2016, por prazo não superior a 24 meses. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) estima que o FAT despenderá R\$ 29,7 milhões em 2015 e R\$ 67,9 milhões em 2016 com o financiamento ao PPE. Esse dispêndio será parcialmente compensado pela menor demanda por seguro-desemprego.

O lay off é bastante difundido na indústria e a maioria das companhias que ingressaram no PPE é do mesmo setor. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2014, realizada pelo MTE, o número de trabalhadores na indústria representa 17,91% do total de vínculos. O alcance desses instrumentos sobre o emprego formal, portanto, meramente atenua desequilíbrios de caixa das empresas no curto e médio prazos.

Uma vez que o resultado nominal do FAT deve ser negativo em 2015, a despeito de aporte de R\$ 6,7 bilhões do Tesouro Nacional, a solvência desses programas é questionável, ante perspectivas de queda de arrecadação e maiores dispêndios com seguro-desemprego. A mais recente estimativa do conselho do fundo prevê saldo negativo de R\$ 2,4 bilhões neste ano, contra superávit de R\$ 851 milhões em 2014. Cabe citar que esse resultado positivo do exercício passado foi alcançado graças a transferência bem mais volumosa do Tesouro, equivalente a R\$ 13,8 bilhões. A previsão do tamanho do déficit do ano corrente está, ademais, subestimada. Tomou como parâmetros taxa de inflação anual de 9% e retração de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB). O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), no acumulado do ano até novembro, apresentou variação de 9,62% em relação ao mesmo período de 2014. O índice alcançou 10,48% em doze meses. A contração do PIB, por sua vez, foi de 3,2% nos três primeiros trimestres de 2015 e de 2,5% nos últimos quatro trimestres.

A desaceleração da taxa de desocupação (8,9% no trimestre terminado em setembro, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), dadas as perspectivas lúgubres para os próximos trimestres, pressupõe a redução real de salários. Esse ajuste é realizado mais rapidamente em ocupações com elevada taxa de rotatividade, com salários de admissão inferiores aos de desligamento. Os segmentos com trabalhadores mais qualificados e sindicalizados passam por um processo mais complexo, em que a necessidade de preservação de empregos se sobrepõe à de reposição do poder aquisitivo. Por outro lado, a lucratividade precisa ser sacrificada, no curto prazo, em nome de ganhos de produtividade no médio e longo prazos.

Dessa forma, os resultados das negociações coletivas têm registrado decréscimos no valor real dos reajustes. Segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), calcado em dados do MTE, foram realizadas 641 negociações do gênero em setembro, com redução real média de 2,4%. Em outubro, foram 340 os acordos registrados, com redução real média de 4,1%. A tendência é de que a correção do mercado de trabalho ao nível de atividade, inicialmente realizado através de demissões, continue a ocorrer através da redução de salários.

Qualquer negociação salarial imprime suas deliberações em outras empresas do setor e em categorias associadas. Uma vez que as decisões de um acordo se tornem conhecidas, há um efeito de difusão sobre a cadeia vinculada de fornecedores e prestadores de serviços. Embora essa transmissão ocorra com diferentes graus de defasagem, mais frequentemente são os ajustes realizados nos ramos e negócios mais produtivos aqueles que balizam os termos de disputas em áreas correlatas e empresas vinculadas. As características do mercado de trabalho nacional, com sua herança de correções através de índices de preços, sua significativa informalidade, e participação anacrônica do setor público sobre a demanda por mão de obra (18,9% dos registros formais, segundo a RAIS de 2014) tornam o ritmo de acomodação imprevisível.

A despeito de os mecanismos de mediação terem se sofisticado e ganhado abrangência e respeitabilidade desde que o País atravessou recessão tão longa, a ausência de expectativas positivas para o curto e médio prazos tende, infelizmente, a empedernir posições de negociação.

A última publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) mostrou retração no resultado real dos serviços no Brasil, no período de janeiro a setembro de 2015. O volume de serviços recuou 2,8% no acumulado do ano, a nona variação negativa consecutiva nesse tipo de comparação.

Entre as Unidades da Federação, apenas Rondônia, Tocantins e Mato Grosso do Sul exibiram resultados positivos no volume de serviços prestados até setembro de 2015. Em Rondônia o crescimento foi de 6,1%; já em Tocantins e Mato Grosso do Sul ficaram estáveis, com aumento de 0,1% e 0,2% respectivamente (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE SERVIÇOS - BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JAN-SET 2015

FEDERAÇAU - JAN-SET 2015	
LOCAL	VARIAÇÃO (%)
Brasil	-2,8
Rondônia	6,1
Acre	-4,9
Amazonas	-8,4
Roraima	-4,4
Pará	-0,6
Amapá	-10,4
Tocantins	0,1
Maranhão	-10,6
Piauí	-4,8
Ceará	-2,7
Rio Grande do Norte	-3,3
Paraíba	-5,3
Pernambuco	-4,5
Alagoas	-2,6
Sergipe	-4,9
Bahia	-3,5
Minas Gerais	-3,6
Espírito Santo	-5,0
Rio de Janeiro	-3,6
São Paulo	-1,7
Paraná	-4,4
Santa Catarina	-2,2
Rio Grande do Sul	-3,3
Mato Grosso do Sul	0,2
Mato Grosso	-6,6
Goiás Biotrito Fortunal	-4,7
Distrito Federal	-1,4

FONTE: IBGE

Os serviços prestados às famílias registraram contração de 5% em 2015 (tabela 2), reflexo de um conjunto de fatores, entre eles o aumento do desemprego, a inflação elevada e, por conseguinte, o encolhimento do poder de compra das famílias. Os bens que compõem a cesta de serviços prestados a família tiveram aumento de preços significativo, acima da média da inflação, calculada através do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Diante disso, as famílias reduziram o consumo desses serviços.

^{*} Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE SERVIÇOS - BRASIL - JAN-SET 2015

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
TOTAL	-2,8
Serviços prestados às famílias	-5,0
Serviços de alojamento e alimentação	-5,3
Outros serviços prestados às famílias	-2,8
Serviços de informação e comunicação	1,0
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	1,8
Telecomunicações	0,8
Serviços de Tecnologia da Informação	5,5
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-4,3
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-3,1
Serviços técnico-profissionais	-9,6
Serviços administrativos e complementares	-0,8
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-5,7
Transporte terrestre	-9,6
Transporte aquaviário	19,5
Transporte aéreo	1,5
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-3,7
Outros serviços	-8,4

Os serviços de alojamento e alimentação encolheram 5,3%. Em razão dos preços elevados, a demanda por serviços de hotelaria encolheu e a alimentação fora de casa tornou-se menos frequente. A inflação para alimentação fora do domicílio, no acumulado até setembro de 2015, foi de 7,9%, e em outubro já estava em 8,9%.

Os demais serviços prestados às famílias apresentaram queda de 2,8%. Nesta cesta estão incluídos os serviços de educação, entre eles cursos de idiomas, ensino de esportes, arte e cultura, informática, formação de condutores, pilotagem, cursos preparatórios para concursos e atividades de apoio à educação. Os cursos de idioma tiveram reajuste de 13,78%, no acumulado até setembro. No caso dos cursos de ensino de arte e cultura, preparatório para concursos, formação de condutores, curso de informática e pilotagem, o aumento foi de 10,35%, no mesmo período. Os preços dos cursos de ensino de esportes registraram alta de 5,72%.

Em relação aos serviços pessoais, a inflação foi de 6,6%. Os serviços de recreação foram reajustados em 9,97%, sendo que o preço para os serviços de exploração de jogos de azar saltaram 47,5%.

A única atividade que apontou expansão no volume de serviços foi a de serviços de informação e comunicação, porém com crescimento de apenas 1%. O volume dos serviços de tecnologia de informação e comunicação aumentaram 1,8%, especialmente por conta do avanço nos serviços de tecnologia da informação (TI), com incremento de 5,5%. O mercado de TI denota a busca das empresas por ganhos de eficiência e a incorporação de soluções de tecnologia. Esses serviços são demandados tanto em projetos de expansão como nos de redução de custos e ganhos de escala. Atualmente, com a retração da atividade econômica, a procura por esse serviço visa reduzir custos das empresas.

Os serviços de transporte registraram recuo de 5,7%, puxados pelo encolhimento nos serviços de transporte terrestre (-9,6%). Neste caso, a contração ocorreu devido à redução da demanda da indústria por serviços de transporte rodoviário de cargas, tanto para aquisição de insumos como para o escoamento da produção. Os serviços de armazenagem e os auxiliares aos transportes e de correio apontaram retração de 3,7%, também relacionados à menor procura do setor industrial. Todavia, os serviços de transporte aquaviário avançaram 19,5%, até setembro de 2015, e os de transporte aéreo aumentaram 1,5%.

O volume de serviços profissionais, administrativos e complementares mostrou queda de 3,1%, com maior impacto nos serviços técnico-profissionais com encolhimento de 9,6%.

Estes englobam os serviços de contabilidade, arquitetura e engenharia, jurídicos, publicidade, pesquisa de mercado e opinião, *design* e decoração de interiores, fotográficos. Porém, a redução mais acentuada veio dos serviços de arquitetura e engenharia, reflexo da retração no setor da construção civil.

Os outros serviços, que abrangem os serviços financeiros, de seguros, de previdência complementar e de planos de saúde, as atividades imobiliárias, os serviços de manutenção e reparação de veículos, motocicletas, equipamentos de informática e equipamentos pessoais e domésticos, gestão de rede de esgoto, coleta e tratamento de resíduos, e as atividades de apoio à agricultura, à pecuária e as atividades de apoio à produção florestal encolheram 8,4%.

As atividades turísticas mostraram redução de 2,5% no período entre janeiro e setembro de 2015. O ambiente recessivo em que nos encontramos, com aumento do desemprego, inflação elevada e endividamento das famílias, desestimula a demanda por esse tipo de serviço. Nesse contexto, as famílias passaram a viajar com menos frequência. Apenas Distrito Federal e São Paulo apresentaram avanço nos serviços de turismo, de 4,2% e 1,9%, respectivamente (tabela 3).

TABELA 3 - VARIAÇÃO DO VOLUME DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS - BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - JAN-SET 2015

LOCAL	VARIAÇÃO (%)
Brasil	-2,5
Ceará	-4,5
Pernambuco	-5,2
Bahia	-3,0
Minas Gerais	-4,8
Espírito Santo	-8,3
Rio de Janeiro	-4,0
São Paulo	1,9
Paraná	-3,7
Santa Catarina	-0,3
Rio Grande do Sul	-9,6
Goiás	-3,7
Distrito Federal	4,2

FONTE: IBGE

De maneira geral, o recuo no volume do setor de serviços no Brasil é decorrente do cenário recessivo que o País enfrenta. A inflação está bastante elevada, o desemprego cresceu de maneira expressiva, o poder de compra da população ficou reduzido, o endividamento das famílias aumentou, a inadimplência cresceu e o crédito ficou restrito. Ademais, a falta de confiança nos rumos da economia faz com que as famílias contenham os gastos e restrinjam a demanda pelos serviços não essenciais.

PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS*

Guilherme Amorim*

COMÉRCIO

Rede Condor inaugura loja de R\$ 40 milhões em Pinhais

O segundo estabelecimento da rede varejista Condor no município de Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) foi inaugurado em novembro. A estrutura ocupa área de 10 mil metros quadrados e demandou investimento de R\$ 40 milhões. A expectativa da companhia é de que o empreendimento receba 100 mil clientes por mês.

CONDOR segue em seu plano de ampliação e investe R\$ 40 milhões. **Diário Comércio, Indústria & Serviços**, São Paulo, 20 nov. 2015. p.10.

INDÚSTRIA

Metapar encerra operações em Curitiba

Subsidiária da Bosch, a Metapar desativou sua operação em setembro. A companhia produzia peças para bombas injetoras e estava instalada em Curitiba. Seu fechamento acarretou a demissão de 145 funcionários.

A Bosch avalia, ainda, encerrar a fabricação de bombas injetoras para tratores e colheitadeiras em sua planta na Cidade Industrial de Curitiba. Esse equipamento representa 15% da produção local da unidade. Sua fabricação seria realizada em instalação da empresa na Índia.

JASPER, Fernando. Bosch estuda transferir parte da produção de Curitiba para a Índia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 nov. 2015. p.20.

DAF inicia produção de motores

A planta da montadora de caminhões DAF em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental Paranaense), em operação há dois anos, passou a produzir motores. O investimento de R\$ 60 milhões permite à empresa – fundada na Holanda e controlada pelo grupo Paccar, de capital estadunidense – substituir a importação de motores fabricados em Eindhoven por versão local. Componentes essenciais ao modelo montado em Ponta Grossa são fornecidos pela Fundição Tupy, instalada em Joinville (SC).

Os caminhões da DAF contam com 65% de peças nacionais. A companhia planeja elevar essa taxa, para reduzir sua exposição às oscilações do câmbio. No início de 2016, a planta paranaense fabricará modelo voltado para deslocamentos de curta e média distância, linha que demandou inversão de aproximadamente 50 milhões de euros. A DAF possui 21 concessionárias no País e planeja, no longo prazo, alcançar 80 pontos de venda e de prestação de serviços.

LAGUNA, Eduardo. DAF começa a produzir seus motores no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 7 nov. 2015. Empresas, p.B5.

Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/11/2015 e 1.º/12/2015.

^{*} Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

SERVIÇOS

Dragagem no Porto de Paranaguá demandará R\$ 394,2 milhões

O aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Paranaguá, bem como da baía de evolução, demandará R\$ 394,2 milhões. Esses recursos advêm do Programa Nacional de Dragagem, administrado pela Secretaria de Portos. Estima-se que sejam removidos 14 milhões de metros cúbicos de sedimentos e que o processo esteja concluído em 22 meses.

O Estado do Paraná, por sua vez, custeará a dragagem de manutenção dos portos de Paranaguá e Antonina. O contrato, firmado em outubro, prevê inversão de R\$ 156,9 milhões.

PORTO recebe R\$ 394 mi para dragagem. Gazeta do Povo, Curitiba, 4 nov. 2015. p.16.

Concessões de hidrelétricas leiloadas

O Ministério de Minas e Energia leiloou as concessões de 29 hidrelétricas, sendo que duas estão localizadas em território paranaense. A Usina Parigot de Souza, no município de Antonina (Região Metropolitana de Curitiba), continuará a ser operada pela Copel. A renovação de sua outorga é válida por 30 anos. A hidrelétrica possui capacidade instalada de 260 megawatts (MW).

Localizada em Campo Mourão (Região Centro-Ocidental Paranaense) e com capacidade instalada de 8,2 MW, a hidrelétrica Mourão I passará a ser administrada pela Enel, companhia de capital italiano. Essa usina era operada pela Copel. O leilão das 29 estruturas aferiu R\$ 17 bilhões. As outorgas dessas hidrelétricas não haviam sido renovadas quando a medida provisória 579 foi editada, em 2012.

CHINESES e Copel vencem leilão de usinas. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 nov. 2015. p.19.

FREITAS, Tatiana. Gigante chinesa garante leilão de energia. **Folha de S. Paulo**, 26 nov. 2015. Mercado, p.1.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

continua

									continua
		ARROZ		BA	ATATA-INGLES	SA		CAFÉ	
ANO	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)
1982	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961	303 000	96 000	317
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014(1)	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015(1)	27 365	163 551	5 977	30 607	834 077	27 251	44 499	77 380	1 739
	CA	NA-DE-AÇÚC	AR		CEVADA			FEIJÃO	

	CAI	NA-DE-AÇÚC	AR		CEVADA			FEIJÃO	
ANO	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t) ⁻	(kg/ha)
1982	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758	879 990	666 800	758
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014(1)	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015(1)	672 650	51 281 716	76 238	49 763	133 199	2 705	405 640	712 190	1 756

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1982-2015

conclusão

									conclusão
		FUMO			MANDIOCA			MILHO	
ANO	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)
1982	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242		9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014(1)	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015(1)	76 586	180 177	2 353	156 406	4 285 868	27 402	2 468 683	16 059 818	6 505

		SOJA			TOMATE			TRIGO	
ANO	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.	Área Colhida	Produção	Produt.
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)
1982	2 100 000	4 200 000	2 000				1 175 000	1 025 000	872
1983	2 022 000	4 315 000	2 134				898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892				829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009				1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490				1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218				1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247				1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096				1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014(1)	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015(1)	5 244 532	17 254 365	3 290	4 423	263 552	59 587	1 336 887	3 427 466	2 564

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE
NOTA: Sinal convencional utilizado:
... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATE DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2015

PERÍODO	PESO	TOTAL DAS CARCA	ÇAS (t)
PERIODO	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014 ⁽¹⁾	3 651 564	336 996	611 183
Janeiro	311 431	24 523	47 513
Fevereiro	288 778	24 479	44 661
Março	291 177	24 778	47 834
Abril	294 354	27 509	51 181
Maio	310 240	30 235	54 339
Junho	279 793	28 933	51 017
Julho	321 628	30 429	56 571
Agosto	298 737	29 042	52 441
Setembro	308 489	30 971	52 154
Outubro	328 427	30 375	53 541
Novembro	305 165	26 359	50 117
Dezembro	313 345	29 331	49 813
2015(1)	1 954 303	140 630	331 585
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maio	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

⁽¹⁾ Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2015

	DÁCIO	ns		INDUSTRI	ALIZADOS	OPERAÇ			
ANO	BÁSIC	US	Semimanufa	iturados	Manufatu	rados	ESPECI	AIS	TOTAL (US\$ mil FOE
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	(004 11111 02
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 84
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 02
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 9
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 9
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 9
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 4
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 4
1987 1988	969 288 1 167 554	59,14 58,21	120 707 149 328	7,37 7,45	533 758 678 177	32,57 33,81	15 169 10 573	0,93 0,53	1 638 9 2 005 6
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 373	0,53	1 983 3
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 1
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 2
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 0
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 1
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 7
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 3
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 9
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 5
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 9
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 6
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 1
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 2
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 0
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 8
2004	3 908 974 3 297 780	41,56 32,87	969 099 993 498	10,30 9,90	4 437 090 5 608 205	47,18 55,89	89 862 134 049	0,96 1,34	9 405 0 10 033 5
2005 2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 033 3
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 8
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 1
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 8
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 0
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 2
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 5
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 2
2014 ⁽¹⁾	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 1
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 153	46,34	14 480	1,60	904 5
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 828	39,13	21 851	1,66	1 313 1
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 0
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 878	26,32	25 883	1,55	1 671 4
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 109	29,73	22 629	1,45	1 560 9
Junho Julho	796 409 865 851	54,63 52,28	175 907 217 854	12,07 13,15	462 485 545 354	31,73 32,93	22 925 27 001	1,57 1,63	1 457 7 1 656 0
Agosto	772 531	51,30	229 046	15,13	474 976	31,54	29 245	1,03	1 505 7
Setembro	650 777	48,99	195 638	14,73	463 700	34,91	18 152	1,37	1 328 2
Outubro	497 613	39,90	213 169	17,09	520 139	41,70	16 370	1,31	1 247 2
Novembro	439 804	37,61	198 259	16,96	510 088	43,63	21 077	1,80	1 169 2
Dezembro	363 625	35,25	115 981	11,24	541 344	52,48	10 646	1,03	1 031 5
2015 ⁽¹⁾	7 150 179	51,91	1 495 323	10,86	4 963 758	36,03	165 941	1,20	13 775 2
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 9
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 6
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 2
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 2
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 9
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 9
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 4
Agosto	783 815	55,37	170 353	12,03	448 751	31,70	12 795	0,90	1 415 7
Setembro	639 782	49,45	169 927	13,13	468 464	36,21	15 681	1,21	1 293 8
Outubro	539 378	45,84	137 840	11,71	488 869	41,55	10 585	0,90	1 176 6
Novembro	444 235	44,09	122 511	12,16	430 755	42,75	10 085	1,00	1 007 5

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2015

ANIO	PAI	RANÁ (US\$ MIL FC	OB)	ВБ	RASIL (US\$ MIL FO	DB)
ANO	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2012	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014 ⁽¹⁾	16 332 120	17 293 735	- 961 614	225 100 885	229 060 058	- 3 959 173
Janeiro	904 540	1 217 025	- 312 485	16 026 191	20 094 436	- 4 058 245
						- 4 036 243 - 2 128 587
Fevereiro	1 313 187	1 304 130	9 057	15 933 832	18 062 419	
Março	1 486 046	1 419 577	66 470	17 627 934	17 514 153	113 781
Abril	1 671 422	1 425 220	246 202	19 723 926	19 217 814	506 112
Maio	1 560 961	1 645 847	- 84 886	20 752 084	20 042 592	709 492
Junho	1 457 726	1 306 954	150 772	20 466 916	18 116 292	2 350 624
Julho	1 656 060	1 914 189	- 258 129	23 024 072	21 452 431	1 571 642
Agosto	1 505 798	1 414 218	91 581	20 463 308	19 301 759	1 162 548
Setembro	1 328 267	1 615 209	- 286 943	19 616 605	20 556 787	- 940 182
Outubro	1 247 290	1 217 468	29 821	18 329 650	19 507 029	- 1 177 380
Novembro	1 169 228	1 597 844	- 428 616	15 645 630	17 996 623	- 2 350 993
Dezembro	1 031 595	1 216 054	- 184 459	17 490 737	17 197 722	293 015
2015 ⁽¹⁾	13 775 202	11 712 952	2 062 250	174 351 093	160 910 143	13 440 950
Janeiro	903 902	1 056 033	- 152 131	13 704 045	16 873 792	- 3 169 747
Fevereiro	852 614	1 033 043	- 180 428	12 092 231	14 932 130	- 2 839 899
Março	1 247 258	1 126 997	120 260	16 978 969	16 518 607	460 362
Abril	1 383 229	1 043 216	340 013	15 156 275	14 666 066	490 209
Maio	1 252 947	1 077 240	175 706	16 769 183	14 009 526	2 759 657
Junho	1 703 988	1 237 010	466 978	19 628 438	15 101 641	4 526 798
Julho	1 537 437	1 172 768	364 669	18 533 066	16 146 934	2 386 132
Agosto	1 415 715	1 020 118	395 597	15 485 353	12 794 428	2 690 925
Setembro	1 293 854	1 090 345	203 509	16 148 183	13 204 561	2 943 622
Outubro	1 176 672	979 603	197 069	16 048 987	14 053 032	1 995 954
Novembro	1 007 586	876 578	131 008	13 806 365	12 609 426	1 196 939

FONTE: MDIC/SECEX

⁽¹⁾ Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2015

ATIMIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
ATIVIDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2	120,8	120,5
Hipermercados, supermercados, produtos	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3	129,8	109,3
alimentícios, bebidas e fumo																	
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7	130,8	109,4
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4	94,7	83,1
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4	124,2	97,4
Móveis												100,00	107,3	103,3	97,1	109,1	86,4
Eletrodomésticos												100,00	109,2	120,4	118,2	137,1	106,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de					41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5	130,1	124,1
perfumaria e cosméticos																	
Livros, jornais, revistas e papelaria					70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8	146,4	105,6
Equipamentos e materiais para escritório,					6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9	58,0	62,9
informática e comunicação																	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico					41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0	128,9	113,3
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7	123,5	107,2

									ÍND	ICE (base fi	xa: 2011 =	100)								
ATIVIDADE	Mar./14	Abr./14	Maio/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	2015	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Maio/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15
Combustíveis e lubrificantes	124,5	120,7	127,7	119,2	133,4	131,8	126,3	138,4	132,4	130,3	125,5	130,7	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4	130,0	130,2	122,6
Hipermercados, supermercados, produtos	117,9																			
alimentícios, bebidas e fumo		117,0	114,1	109,0	114,7	118,3	113,5	121,0	121,8	157,2	116,2	132,8	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3	112,1	113,4	111,9
Hipermercados e supermercados	118,0	117,3	114,2	109,3	114,9	118,6	113,8	121,4	122,3	158,7	116,7	134,2	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7	112,4	113,6	112,2
Tecidos, vestuário e calçados	94,8	104,1	127,3	99,6	100,4	103,8	93,1	101,2	106,0	169,0	91,3	92,6	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2	93,5	90,9	81,7
Móveis e eletrodomésticos	97,8	96,6	108,8	96,2	101,2	102,2	102,3	110,7	115,1	147,9	92,4	122,2	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8	89,6	85,2	85,3
Móveis	87,0	86,9	96,2	83,3	92,3	88,9	94,0	103,8	102,8	134,3	77,6	103,6	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6	73,7	70,0	70,1
Eletrodomésticos	107,1	105,0	119,6	107,1	109,1	113,6	109,8	117,2	125,8	160,0	104,8	137,8	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6	102,8	97,8	97,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de	140,9	138,4	142,9	132,9	143,4	145,1	138,2	151,2	142,1	156,1	143,8	141,0	136,2	151,4	138,8	141,7	140,6	146,6	146,8	150,7
perfumaria e cosméticos																				
Livros, jornais, revistas e papelaria	88,3	74,1	78,8	68,3	74,4	79,8	70,0	51,4	50,2	118,5	76,8	122,2	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7	66,1	61,7	60,8
Equipamentos e materiais para escritório,	58,0	59,0	59,6	53,3	81,4	83,8	77,8	84,2	78,4	94,6	70,8	70,0	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3	70,0	68,1	62,8
informática e comunicação																				
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	122,8	131,2	142,3	131,8	127,6	129,3	125,7	140,8	152,1	246,1	130,0	145,6	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7	126,6	125,3	113,7
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	114,5	114,5	118,7	109,4	115,7	118,1	113,0	121,8	122,5	157,6	113,5	127,6	107,9	116,9	112,7	116,0	109,0	111,7	111,6	108,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio NOTA: Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2015

								ÍNDICE (bas	se: média de 2	2012 = 100)							
SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Maio/14
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	91,4	94,6	95,4	92,8	102,3
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	78,0	81,3	87,7	93,6	104,0
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	101,4	96,8	113,6	101,9	92,4
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	120,1	116,8	126,4	103,3	112,1
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	94,6	83,7	101,0	94,3	87,6
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	91,8	90,0	101,2	97,4	111,2
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,1	97,8	78,1	87,4	107,9
Produtos de borracha e de material plástico										100,0	109,6	106,5	107,5	104,2	109,4	109,4	110,2
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	108,8	113,9	118,9	106,1	119,1
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	97,3	93,1	93,0	90,4	94,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	95,0	105,0	104,0	103,9	105,4
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	115,6	104,3	96,2	80,4	100,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	82,1	103,2	85,9	83,1	91,7
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	87,8	94,7	89,0	87,9	93,1

								ÍNDI	CE (base: me	edia de 2012	= 100)							
SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	Jun./14	Jun./14 Jul./14 Ago./14 Set./14 Out./14 Nov./14 Dez./14 2015 Jan./15 Fev./15 M										Abr./15	Maio/15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15
Indústria de transformação	87,5	104,5	105,7	101,0	107,1	98,7	86,8	90,1	81,4	80,8	90,9	90,9	92,6	93,4	92,4	93,0	93,4	91,7
Produtos alimentícios	95,2	107,1	113,4	103,4	113,9	96,0	80,5	96,4	73,7	72,9	89,9	98,0	103,3	109,0	99,8	113,6	102,2	101,4
Bebidas	78,4	99,0	95,5	107,0	115,5	115,9	136,5	102,2	123,6	105,1	116,4	94,6	88,3	86,8	89,8	93,1	107,7	116,1
Produtos de madeira	116,4	123,4	130,2	126,9	131,1	126,1	117,8	119,3	118,5	110,1	121,3	118,8	123,2	122,7	116,0	129,3	118,6	114,5
Celulose, papel e produtos de papel	95,2	98,8	99,8	106,1	113,9	112,4	118,6	105,0	103,0	89,9	106,5	100,5	101,9	107,2	106,8	115,7	104,3	113,9
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	102,9	107,9	109,7	104,0	106,5	99,6	86,3	96,0	74,9	82,5	96,1	96,0	103,7	103,7	96,7	93,3	110,7	102,5
Outros produtos químicos	101,1	111,7	120,4	104,8	111,0	99,8	101,3	103,1	109,0	88,5	85,7	92,2	106,8	105,2	116,1	103,4	118,4	105,6
Produtos de borracha e de material plástico	87,8	102,9	106,6	113,2	119,8	117,1	89,5	99,8	98,8	93,0	104,4	95,8	105,2	102,8	97,1	98,5	98,9	103,6
Minerais não metálicos	107,6	118,6	114,3	107,8	107,0	104,9	98,9	92,1	90,4	84,1	102,0	91,7	98,7	90,1	84,8	96,9	90,3	92,0
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	87,8	102,3	103,9	102,7	104,3	99,9	85,9	88,8	85,0	84,3	94,5	90,2	92,5	85,2	87,6	87,6	86,8	94,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	70,7	102,8	110,2	114,9	126,6	127,2	109,4	96,8	106,1	110,4	116,3	94,6	97,6	80,3	86,1	93,4	87,5	95,6
Máquinas e equipamentos	77,6	110,6	106,3	89,3	119,2	103,6	73,3	94,8	97,7	101,6	107,5	101,4	93,2	77,5	92,7	90,7	96,3	89,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	55,5	92,4	85,4	85,1	81,2	76,3	66,3	58,4	54,1	60,0	58,4	63,2	53,8	64,2	70,6	54,6	53,2	51,4
Móveis	76,4	92,8	95,8	99,5	108,8	108,9	92,9	77,2	89,0	76,3	91,5	84,4	78,4	69,6	69,9	69,7	70,3	72,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

ANÁLISE CONJUNTURAL, v.37, n.9-10/set./out. 2015

^{...} Dado não disponível.

⁽¹⁾ Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO PARANÁ - 2012-2015

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	1 974	5,6
Abril-junho 2012	1 926	5,3
Julho-setembro 2012	1 989	4,6
Outubro-dezembro 2012	1 947	4,3
Janeiro-março 2013	2 004	4,9
Abril-junho 2013	1 999	4,5
Julho-setembro 2013	2 043	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 038	3,7
Janeiro-março 2014	2 071	4,1
Abril-junho 2014	2 044	4,1
Julho-setembro 2014	2 057	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 115	3,7
Janeiro-março 2015	2 109	5,3
Abril-junho 2015	2 060	6,2
Julho-setembro 2015	2 053	6,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2015

			SETOR	ES (número de	vagas)		
ANO	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	TOTAL
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 9 55	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
Jan Out. 2015	- 22 067	- 6 701	- 10 096	11 626	4 825	-	- 22 413

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2010-2014

ANO	PARA	NÁ ⁽¹⁾	BRASIL ⁽¹⁾							
ANO	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)						
2010	225 211		3 885 847							
2011	256 974	4,5	4 373 658	3,9						
2012	285 206	0,1	4 805 913	1,9						
2013	332 837	5,6	5 316 455	3,0						
2014(3)	358 544	0,8	5 687 308	0,1						

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- ... Dado não disponível.
- (1) Nova série das Contas Regionais e do Sistema de Contas Nacionais (referência 2010).
- (2) Preços correntes.
- (3) Estimativas do Ipardes para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

⁽¹⁾ Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de agosto de 2015.

⁻ Dado inexistente.

⁽¹⁾ Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

